

Ilha da Pintada apresenta sinais de alagamento

Região sofre com a elevação das águas vindas do Rio Jacuí e do Guaíba

/ CLIMA

Joaquim Porto

joaquimp@jcrs.com.br

Após dias de muita intensidade das chuvas por todo o Rio Grande do Sul, nesta quinta-feira, houve uma diminuição na precipitação, porém, mesmo cessando, ainda se consegue perceber o estrago causado. Já são mais de 1.300 desabrigados no Estado. Na Região das Ilhas, em Porto Alegre, ainda não há relatos. Na Pintada, território banhado pelas águas do Rio Jacuí e do Lago Guaíba, há um aumento no nível da água, com sinais claros de alagamento em determinadas regiões. Na Pintada, a régua registrou 1,74 metro às 14h18min desta quinta, mantendo estabilidade, após oscilar entre 1,72 e 1,76 m durante o dia. A cota de atenção é de 2 m e a de inundação, 2,20 m.

Nesse cenário, a rua Nossa Senhora da Boa Viagem está parcialmente coberta pela água. No local, os moradores estão preocupados, porém, agindo com naturalidade. A maioria decidiu não sair de casa, por conta de já ser algo corriqueiro. “Quando vemos que chove demais em alguns locais, e sabemos que vai impactar aqui, já vamos nos preparando, conforme vai chegando, subimos as coisas para o segundo andar. Não deveria ser normal, mas acabamos tendo que nos acostumar com essa realidade”, diz Daniel Portilla, morador da Ilha da Pintada.



GABRIEL SILVA/JC

Água avança sobre algumas casas na rua Nossa Senhora da Boa Viagem

Conforme Portilla, durante as outras enchentes chegou auxílio do governo federal para os moradores da região, no entanto, relacionado à prefeitura, ele diz que, agora, “estão abandonados na realidade. As obras conduzidas por eles são mal feitas. O nível da rua Nossa Senhora da Boa Viagem era para ser mais alto, mas acabou ficando em torno de 20 cm mais baixo do que o necessário”.

Segundo o padre Rudimar Dal'Asta, uma das lideranças comunitárias da localidade, a Ilha do Pavão, por enquanto, está tranquila. A Ilha Grande dos Marinheiros já tem água em cima da rua e na Ilha das Flores há presença de água embaixo das casas e dos pátios.

Ainda com preocupações constantes em decorrência da enchente de maio de 2024, a diferença citada por Dal'Asta é a presença

da Defesa Civil, mesmo em raras situações. “A gente vem dialogando com o poder público, com o prefeito Sebastião Melo, mas, às vezes, imperam as leis”.

A Defesa Civil, para garantir maior fiscalização, estabeleceu dois postos de controle na Região das Ilhas, um deles localizado na Praça Doutor Salomão Pires de Abrahão, na Pintada, e outro na Escola Estadual de Ensino Fundamental Alvarenga Peixoto, na Ilha Grande dos Marinheiros. O monitoramento é realizado por diversas equipes.

Já com a presença do governo do Rio Grande do Sul, o líder comunitário diz que “com o Estado, nós nem conseguimos dialogar, porque nunca vieram aqui nas ilhas. Estou aqui desde 2015 e nunca vi algum governador aqui nas ilhas”.

Guaíba pode chegar a 2,70 m em Porto Alegre neste fim de semana

Jamil Aiquel

jamil@jcrs.com.br

A bacia do Guaíba, na Região Metropolitana de Porto Alegre, passa por um novo momento de tensão devido aos volumes recentes de chuva no Rio Grande do Sul. Às 19h desta quinta-feira, o nível do Guaíba na régua da Usina do Gasômetro encontrava-se em 1,39 metro, indicando uma situação abaixo da cota de inundação, que é de 3m. Contudo, impulsionado pelo escoamento das águas dos rios afluentes, como Taquari e Jacuí, o nível continuará a subir nos próximos dias.

As projeções mais recentes indicam que o lago atingirá o seu pico de cheia neste sábado, com as águas alcançando entre 2,50 e 2,70 m. O levantamento é fruto de um trabalho conjunto entre o Serviço Geológico do Brasil (SGB) e o Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IPH/Ufrgs). Isso significa que a água chegará à cota de alerta.

Segundo Fernando Dornelles, professor e doutor em recursos hídricos e saneamento ambiental do IPH, a situação acende o alerta, mas não deve exigir medidas extremas. “Chegando na cota de alerta, Porto Alegre teria que se preparar para uma inundação, com fechamento das comportas. No entanto, como a previsão não indica uma elevação maior do que isso, muito provavelmente não ocorrerá o fechamento das comportas.”

Apesar disso, Dornelles ressalta a necessidade de ação rápida da Defesa Civil nas áreas mais vulneráveis da cidade. Segundo ele, na Região das Ilhas, a população já começa a ser atingida quando a água atinge a marca de 2,20 m.

“Nesse momento já se espera que a Defesa Civil esteja na área auxiliando à população, removendo bens e pessoas. Mas boa parte da população que mora ali, se elevar os móveis, as coisas dentro de casa, vai ser suficiente para o enfrentamento dessa cheia de agora”, explica.

O principal recado dos pesquisadores, no entanto, é o que acontece após a atual elevação. Há previsão de chuvas intensas retornando ao Rio Grande do Sul entre a próxima segunda e terça-feira, e Dornelles destaca que o fim das chuvas atuais não é motivo para baixar a guarda. “Estamos em uma condição de maior umidade na bacia, onde uma chuva pode causar uma elevação dos rios por gerar um escoamento maior em função dessa saturação da camada superficial do solo”, alerta.

A recomendação para moradores de áreas de risco e autoridades é para que haja planejamento contínuo para o pior cenário. “Passadas as águas desse evento, a nossa atenção e preocupação com os rios não devem ser reduzidas, porque teremos novos eventos no horizonte”, conclui o professor.

Diante de rápidas mudanças no cenário que podem pegar a população de surpresa, o pesquisador detalha como funciona a ciência por trás dos alertas e o motivo de possíveis imprecisões, especialmente em bacias de resposta muito rápida, como o Taquari. O trabalho ocorre em duas etapas, partindo da meteorologia para a hidrologia. “A previsão meteorológica é feita basicamente pelos grandes centros de pesquisa climática. A partir disso se tem uma previsão numérica”, conclui Dornelles.

Justiça suspende efluentes de Xangri-Lá no Rio Tramandaí

/ LITORAL NORTE

A Vara Regional do Meio Ambiente determinou a suspensão imediata de qualquer lançamento de efluentes tratados no Ponto de Lançamento PT3 do Rio Tramandaí, em ação popular que questiona os impactos ambientais relacionados ao esgotamento sanitário em Xangri-Lá, no Litoral Norte. A decisão, proferida na quarta-feira pela juíza Patrícia Antunes Laydner, também determinou que a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) se abstenha de iniciar ou retomar a operação na Estação de Tratamento de Esgoto II (ETE) até nova determinação judicial.

Para justificar a decisão, a magistrada pontuou que a comunicação da Corsan sobre o início do lançamento ocorreu no próprio dia previsto para a operação, não assegurando a antecedência necessária para a análise das condições ambientais envolvidas. “A informação prestada simultaneamente ao começo da atividade equivale, na prática, à notícia de situação já em curso. Assim, embora tenha ocorrido comunicação formal, não houve a antecedência materialmente útil exigida”, avaliou, conforme nota divulgada pelo Tribunal de Justiça do RS.

A magistrada detalhou que a autorização concedida pela licen-

ça ambiental permite o lançamento contínuo de 20 litros de efluente tratado por segundo, o que corresponde a cerca de 1,7 milhão de litros por dia e mais de 630 milhões por ano de operação ininterrupta.

A Corsan deverá comprovar o desligamento do lançamento no PT3 em 48 horas e esclarecer, no prazo de cinco dias, questões como a capacidade atual, individual e total das 17 bacias de infiltração e o prazo operacional necessário para a reversão integral do fluxo. A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) também deverá prestar informações sobre os fundamentos da licença e o cumprimento das condicionantes em até 10 dias.

Chuvas deixam mais de 1,3 mil pessoas desabrigadas no RS

Devido ao grande volume de precipitações recentes e à cheia dos rios no Rio Grande do Sul, as atualizações do monitoramento do governo estadual indicam que 18 municípios possuem moradores fora de suas casas. No total, o número saltou para 1.358 pessoas, que precisaram ser acolhidas nos 19 abrigos ativos distribuídos pelas regiões afetadas. O quadro se agravou nesta quinta-feira. Até as 13h, dados oficiais apontavam pouco mais de 1,2 mil desabrigados concentrados em 16 cidades. Em poucas horas, esse cenário sofreu um aumento expressivo com o ingres-

so de dois novos municípios na lista e mais de 150 novas pessoas precisando abandonar seus lares rumo aos alojamentos públicos.

A maior parte da população abrigada ainda encontra-se em Lajeado, no Vale do Taquari, que segue como uma das áreas mais castigadas pelas chuvas. A cidade concentra aproximadamente 40% do total estadual, totalizando 540 indivíduos desabrigados. O levantamento é seguido pelas cidades de Porto Xavier, Estrela e Encantado, entre as mais afetadas. Cerca de 194 cidades gaúchas relataram prejuízos em suas infraestruturas.